

Urbe-variantes: aventura e etnografia das cidades

CAIAFA, Janice.

Aventura das cidades.

Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007, 184 p.

por *Fernanda Eugenio*¹

Aventura das cidades reúne textos inéditos e ensaios escritos ao longo de anos de interesse de Janice Caiafa pela experiência singular das cidades. Há, na trajetória de pesquisa da autora – antropóloga, professora da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ), poetisa e tradutora –, um assinalado desejo de entender e habitar as cidades, que se manifesta nas diversas pesquisas que empreendeu ou empreende: da “invasão punk” no concreto carioca, acompanhada nos anos 1980, às “jornadas urbanas” nos ônibus da cidade e, mais recentemente, aos “rumores do underground”, um estudo dos processos comunicativos no metrô do Rio de Janeiro. Interesse pelas cidades, assim, perseguido – eis a viagem – por meio de uma etnografia vigorosa e exigente que resulta, no entanto, em uma escritura denso-leve, envolvente em seu despojamento.

É que das linhas saltam histórias simples, recontadas na riqueza de sua incompletude. E há uma atenção em não produzir, no texto, uma coerência interpretativa, uma inteireza ilusória diante da qual recuaria, eclipsada, a concretude pungente das vivências. São as histórias daqueles tantos com quem conviveu a pesquisadora nas ruas e nos transportes coletivos, no Rio de Janeiro e em Nova York: experiências pessoais, conversações, observações. Investigando os processos de comunicação e de subjetivação no espaço urbano, Janice Caiafa leva a etnografia – con-

1 Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Subjetividade do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Cândido Mendes (NES/CESAP/UCAM).

vertida em portátil “método-pensamento” – para outra área de conhecimento. Viagem prolífica que, com seu movimento, nos aponta a riqueza que pode advir da inspiração etnográfica, transportável para os mais diversos campos.

É com delicadeza que Janice Caiafa nos leva a olhar o fenômeno das cidades, aventura sua que generosamente compartilha com os leitores. Entre Nova York e Rio de Janeiro, sentidos aguçados e um cultivo da disponibilidade, para assim tecer algum dito que possa capturar – tanto quanto possível sem violentar, preservando a vitalidade dos acontecimentos – os contornos difusos de uma questão para ser pensada junto, na convivência e na participação. Tarefa difícil, atravessada de intensidades, inquietante, a do fazer etnográfico. Investigação que envolve uma “experiência singular” e uma “experimentação com a escritura”, à qual a autora dedica toda a segunda parte do livro, um único e rico ensaio que não poderia ser mais oportuno, nestes tempos em que a etnografia vem encantando outros campos na mesma medida em que vem sendo severamente repensada dentro da antropologia.

Há a interessante proposta, ali, de tomar a etnografia como “produção coletiva”, e também uma reflexão acerca da tentativa de obter algum sucesso em preservar, na escritura, a multiplicidade das presenças que acontece (n)o campo. Para isso seria preciso cuidar em não ceder às “políticas de celebração do ego”, que se manifestam tanto na armadilha do distanciamento asséptico – que fabrica o “antropólogo profissional” no mesmo golpe em que produz outros estereotipados, movimento de exotização – como na armadilha oposta, a da proximidade identificatória – fusão com a alteridade que a subtrai como força motora da etnografia. Em ambos os casos há um alojamento na segurança da identidade, do reconhecível, e a viagem etnográfica só pode acontecer na inquietação, no deslocamento e na “distração” do eu, no deixar-se afetar por paixões alheias: é “experiência de beira”. Daí a proposta de acionar o conceito de agenciamento para falar da relação do etnógrafo com os participantes da pesquisa, inspiração de Deleuze e Guattari (que perpassa, aliás, todo o livro). Como multiplicidades feitas de elementos que, conquanto em conexão, preservam sua heterogeneidade, os agenciamentos operam por

“co-funcionamento” ou “simpatia” – e esta configura sua unidade mínima; não o sujeito ou a identidade. Pronunciando, assim, as relações em campo como relações de afetação recíproca – de uma simpatia que não é “sentimento leve de estima”, mas “sentir com” –, as reflexões empreendidas no ensaio nos apontam um caminho do meio, revelando a etnografia como “arte das doses”.

O método do observar-participar toma novo fôlego, revela-se equilíbrio delicado entre sobriedade e aproximação “suficiente”. Perene e sempre inacabado “construtivismo” que, na escritura, responde pelo desafio de fazer-se um “narrador que não sabe muito mais que os personagens”. Desafio de ser uma fala ordinária dentre tantas outras, preservando as “interferências” e a “troca de entoações” dos agenciamentos, renunciando à “posição de autoridade e decifração”. Pois “o outro congelado na óptica do etnógrafo e o eu autoral analisador são os pólos de uma mesma máquina binária”. Com a ajuda de Bakhtin e Volochínov, a autora pensa as vantagens da adoção do “discurso indireto livre” na montagem do relato etnográfico, este que virá a incluir no jogo de trocas também o leitor. Novamente, é de caminho do meio que se trata: nem introduzir em estado bruto a fala do outro, por meio de “blocos inertes e compactos” de discurso direto a serviço tão-somente do “monumental”, nem recorrer a um discurso indireto endurecido, que “acaba servindo aos objetivos do autor”.

Pois bem. Da experiência singular de Janice Caiafa, surge na escritura a cidade como espiral de heterogeneidades, como oportunidade permanente de encontro com o desconhecido, de contigüidade com o estranho, de contato com outros mundos possíveis. Formas de comunicação singulares são geradas nesse espaço de circulação: no esbarrão, na proximidade, na urgência dos trânsitos pelos espaços urbanos – sejam as ruas ou os transportes coletivos. Por entre a variedade urbana, Janice passeia com seu “método-pensamento”, acolhendo a multiplicidade colorida e ruidosa: são os processos que busca aí acompanhar; compreender sem prender. A cidade, então, que se desprende dessas páginas muitas vezes emocionantes, vem carregada de um forte acento em seu potencial de proporcionar acessibilidade, dispersão, circulação e propa-

gação – esta talvez bem próxima do sentido empregado por Tarde, para quem o vital e o social se aproximam no desejo antes de propagar-se que de organizar-se.

Apoiada em Mumford, a autora nos conta que as cidades surgem, historicamente, como um lugar de atração para forasteiros, como pólo de convergência para comerciantes, viajantes, refugiados, escravos, invasores. Se há um aspecto de *container* (continente) na conformação da densidade urbana, esse concentrado de atividades diversificadas e agentes sociais heterogêneos, há de se observar que “a cidade precisa atrair mesmo antes de conter”, de modo que o que há de mais característico das funções urbanas é seu aspecto de *magnet* (ímã). A cidade atrai, magnetismo à distância que a constitui sobretudo como campo aberto, antes do que como campo fechado. Como nos diz a autora, “é capturando atrativamente uma exterioridade que a cidade se constitui”. Ponto de conexão de trajetórias heterogêneas, as cidades acontecem e se expandem em um “espaço horizontal” de circulação (em oposição ao procedimento vertical do Estado), traçado pelos fluxos que não param de se processar. Fluxos dos tantos *outsiders* atraídos pelo poderoso ímã da cidade, que assim constituíram a população urbana. De modo que a emergência das cidades envolve antes um nomadismo que um sedentarismo, antes um ajuntamento de estranhos e heterogêneos do que uma homogeneização. Contrariamente ao confinamento familiar do grupo primário, no qual só se ingressa pelo nascimento ou pelo casamento, a cidade se oferece como espaço de imprevisibilidade, aberto aos estranhos, aos *outsiders*. Espaço no qual lhes é possível alguma inserção; nem sempre uma integração, mas sempre algum patamar de participação e engajamento nos fluxos urbanos de mobilização, mistura e ampliação.

Há um estrangeirismo que se conserva, portanto, no habitante cidadão, ainda e a despeito de que este movimento primeiro de conformação das cidades tenha sido (e seja) seguidamente capturado, por meio de um processo que Deleuze e Guattari denominam de “recodificação urbana”, que não cessa de marcar, estriar, delimitar e hierarquizar o espaço da urbe. Processo sempre local, de redistribuição permanente de marcas, de deslocamento dos códigos, que instaura e renova constantemente

te os fluxos que atravessam as cidades, modificando seu espaço físico e social. De modo que mesmo nessa sobrecodificação há sempre aquilo que escapa, e são essas linhas de fuga que permitem às cidades estar continuamente em transformação, e se apresentar aos seus habitantes ou aos nômades que estão sempre chegando como um desafio permanente: o desafio da exterioridade, que faz da cidade um “espaço feito de fora” e do “estrangeirismo um devir”. A cidade proporciona, assim, a oportunidade e o risco da “dessegregação”, mesmo que provisória e contingente, ampliando as ocasiões de encontro e de esbarrão com mundos estranhos, desconhecidos, e intensificando, deste modo, a “operação de diferenciação” que caracteriza a própria produção de vida social.

São muitos os que escreveram sobre a especificidade da vida urbana, e os reencontramos em conversação nos ensaios do livro. Uma “tradição” (d)escreve a grande cidade como “estado de espírito”, como intensidade que interpela, como ambiência feita de descontinuidades em promíscua e perigosa proximidade. Por um lado, o esforço de objetivação da Escola de Chicago, inspirado em Simmel, no qual a urbe aparece como denso e hostil apinhamento de seres humanos em massa, circulando torpes por uma ambiência saturada de estímulos. Ou seja, tudo aquilo que teria surgido aliado à emergência do tempo útil moderno, de braços dados com a economia monetária e trazendo a reboque o ritmo frenético, a pressa, a cultura do descarte e o embotamento da percepção, fazendo emergir o mais característico individualismo citadino, encarnado na figura do *blasé* – a empunhar seu escudo de indiferença e passividade para proteger o aparelho psíquico contra a fadiga dos sentidos.

Por outro lado, certo esforço fenomenológico, que encontra em Benjamin uma de suas mais sublimes expressões, no qual a cidade aparece como experiência quase extática de espalhamento: na mistura humana, na contigüidade esfregante com a alteridade, na aventura do anonimato, no perder-se em uma sempre-mutante multidão de estranhos variados, empilhamento heteróclito de corpos em constante deslocamento. De tudo isso extrair deslumbramento: eis o movimento a que se entregaram os espíritos persistentemente românticos, fantasmagorias a andar em passo de contemplação pelas ruas apinhadas, a desenhar a deambulação da

flânerie, a lograr extrair uma nova beleza do dito embrutecimento urbano e das mil pequenas mortes sensoriais a que as disciplinas e o tempo útil submeteriam a “população”.

Essas duas tomadas do fenômeno urbano não dizem o mesmo, ou não o dizem do mesmo jeito, e no que uma refrata à outra talvez habite a investigação de Janice Caiafa pelas ruas do Rio de Janeiro e de Nova York, a perseguir a “aventura própria das cidades”, aquela que encontra meios de conservar sua potência de criatividade ainda quando esquadrinhada e/ou esvaziada pelo planejamento urbano orientado para o automóvel; pela privatização dos espaços na desurbanização e no entrincheiramento nos subúrbios (como nas cidades norte-americanas); pelo despovoamento dos espaços coletivos; pelo “reter em casa” operado pela televisão e, talvez, operado agora também pelas novas formas de produção comunicativa (as redes mundiais de computador, a telefonia móvel, as tecnologias digitais etc).

Diante dos tantos festejos, talvez apressados, a uma suposta produção do coletivo e da alteridade que os novos meios de comunicação trariam, a autora, menos ruidosa, lembra-nos de que não há nenhuma virtude liberadora *a priori* nos recentes processos de comunicação: estes “não são receptáculos neutros, mas surgem como figuras de mutações do capitalismo”. Trata-se de um modelo por princípio comercial, o da comunicação em rede, cujo aspecto descentralizado e múltiplo está a serviço da axiomática capitalista, cada vez mais fragmentada e desterritorializada. A interatividade, que em geral é chamada a sustentar os diagnósticos por demais otimistas, seria para Janice uma “forma fantasmática de acesso”, que não chegaria a compensar a “baixa” que as novas técnicas fazem incidir sobre as cidades, agravando a privatização e o despovoamento. Há de se lembrar, ainda, que se há ocasião aí para que uma multiplicidade de vozes se revele, as assimetrias entre essas tantas vozes são dadas de início; elas têm, portanto, poder de jogo diferenciado. Também a afeição das cidades pelo regime de funcionamento tecnológico é diversa nas configurações urbanas específicas, e a autora aprecia a sugestão de pensá-las, deste modo, como variedades que se encontram em diferentes momentos de uma “história das mídias”.

Há, ainda assim, “potencialidades criadoras” na molecularidade dos novos processos comunicativos; explorá-las seria possível apenas pelo uso transformador, capaz de redirecionar as novas técnicas, de fazê-las funcionar “em outros arranjos, contrariando esse papel nas configurações de dominação política e econômica”. O cinema o teria conseguido em muitos momentos: entrar neste terreno de funcionamento criador, estabelecer uma “divergência em relação a uma ordem dominante”, que lhe permitiu “preservar uma potência de arte e pensamento que a televisão teria perdido, ou freqüentemente perdido”. Conquanto o acontecimento dessas potencialidades na comunicação em rede seja possível, não é um dado característico dela; antes um uso radical. Desviando da loquacidade com que se celebram vantagens inerentes a uma era das conexões, Janice tece em silêncio, olha em volta e nos relata a cidade que pode ser observada hoje, como efeito circunstancial de uma série de movimentos “anti-cidade”, que aparecem ora na acentuação do despovoamento promovido pelas mídias, ora na asseptização dos subúrbios norte-americanos dependentes do automóvel, ora na precariedade das condições oferecidas ao trânsito do pedestre nas cidades brasileiras (seja na sinalização das ruas, que tende a privilegiar o motorista e não o transeunte; seja nos solavancos dos ônibus, que levam os passageiros a tomar a queda e o machucado como inerentes à viagem).

Em tudo isso, Nova York se afiguraria como uma exceção. Não teria seguido o percurso que freqüentemente se poderia observar nas demais cidades norte-americanas. Estas em geral experimentam uma expansão notável durante o século XIX, inseparável do crescimento e da afirmação da comunicação e dos transportes coletivos, e no início do século XX já são densas em população e exuberantes em recursos urbanos. Mas, em paralelo, experimentam também o processo “anti-cidade” da suburbanização: processo de movida, de abandono da cidade pelas classes altas e médias altas, que se instalam em regiões residenciais dependentes do carro privado, esvaziando o transporte coletivo e o espaço público, desestimulando a circulação e a mistura que fazem das cidades um “espaço feito de fora”. Esta situação, que entre nós teria um equivalente próximo no bairro carioca da Barra da Tijuca, estabeleceria os contornos da

“cidade global”, orientada para o automóvel (cujo uso configuraria uma “ocupação privada da via pública”), a privilegiar a comodidade sedentária dos recursos que chegam sem que seja preciso sair (pela televisão; pela comunicação por computador), sem que seja preciso se expor ao potencialmente vitalizante contato com outrem. Cidade que, nos diz a autora, seria a mais adequada ao modo de dominação característico do capitalismo contemporâneo: o “controle ao ar livre”. Segundo Deleuze, nas “sociedades de controle”, a modulação se sobrepõe ao molde e o numérico ao analógico; o confinamento e as classificações rijas cedem lugar ao mandamento da formação permanente; impõem-se a curta duração, a rotação rápida, o contínuo e o ilimitado, ao passo em que declinam a longa duração, o infinito e o descontínuo que caracterizavam as disciplinas.

Mas em Nova York não acontece esse processo de privatização da cidade, que se faz acompanhar da restrição das experiências comunitárias ao “reconhecido” dos espaços fechados e homogêneos, desativando a “aventura das cidades”. Lá haveria o desestímulo ao uso do automóvel privado, aliado a um transporte público eficiente, a uma arquitetura urbana que convida à ocupação e favorece o acesso, bem como a uma sinalização do trânsito generosa com o pedestre, permitindo à multidão uma “dança”, colorida e heterogênea, na qual se desenha mutante um ritmo coletivo de circulação. Isso tudo faria de Nova York uma “cidade ao alcance”: “trilhável” e “ocupável”, tanto quanto “pronunciável” (já que as ruas, numeradas, são inteligíveis em qualquer língua). Assim, “orientar-se e mover-se tem o ritmo do corpo em Nova York, onde o auge do desenvolvimento das funções urbanas coincide com a ocupação coletiva”. Nisso tudo há o contraste com o Rio de Janeiro, que como outras das cidades brasileiras teve seu desenvolvimento desordenado concomitante à introdução maciça do automóvel, e acostumou o pedestre a uma precariedade, como se lhe concedesse por favor o trânsito pelo espaço público. Janice investiga os usos do solo urbano carioca, a experiência do deslocamento no transporte coletivo, a criatividade capaz de brotar desses encontros, a despeito da violência sempre à espreita, do isolamento que persiste, das conseqüências muitas vezes danosas da privatização

dos serviços. Salta das tantas falas – que são as da pesquisadora, mas também as dos participantes da pesquisa – aquela que seria a figura mais característica da vida urbana: a irrupção da aventura por meio do uso; a experiência criadora do deslocamento.